



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procuradoria Geral de Justiça
Secretaria Geral.
Publicada no dia 31/01/14
Pág.(s) 112-113
Está conforme o original

JR

PROVIMENTO N.º 025/2014.

Dispõe sobre a criação da Central de Acompanhamento de Inquéritos Policiais do Ministério Público do Estado do Ceará, na comarca de Iguatu/CE e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial da que lhe é conferida pelos artigos 26, XVIII, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 12 de dezembro 2008 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Ceará) e 10, V, da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO o Convênio n.º 56/2010, alusivo ao Termo de Cooperação Administrativa Operacional celebrado entre o Ministério Público do Estado do Ceará e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará tendo por objeto a articulação e a conjugação de esforços no intuito de estabelecer, mediante a integração de suas atividades, a cooperação administrativa operacional necessária à racionalização da tramitação dos inquéritos policiais, bem como aos pedidos atinentes à liberdade de pessoas sujeitas à prisão cautelar nas Comarcas do Estado do Ceará, como meio de implementar linha de ação conjunta pautada pelo art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição em vigor adotou explicitamente o sistema acusatório, que tem como principal característica a separação de funções dos sujeitos processuais, tendo confiado ao Ministério Público como regra, a função de acusar e ao Judiciário, precipuamente, a função de julgar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 127, *caput* e art. 129, incisos I, II, VIII e IX da Constituição Federal;



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

CONSIDERANDO ser o Ministério Público o *dominus litis* da ação penal pública, nos exatos termos dispostos no inciso I do art. 129 Constituição Federal;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, como regra, destinatário do inquérito policial;

CONSIDERANDO a atribuição conferida ao Ministério Público de exercer o controle externo da atividade policial, prevista no inciso VII do art. 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO ser o inquérito policial procedimento administrativo pré-processual, destinado, precipuamente, a comprovar a existência de crime, bem como apontar sua autoria e, com isso, subsidiar a oferta da ação penal, que tem como titular, como regra, o Ministério Público;

CONSIDERANDO que a observância dos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório fica plenamente assegurada, uma vez que, toda e qualquer medida que possa atingir direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal só poderá ser determinada, como direito, pelo Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a preocupação da sociedade com a agilização dos processos e procedimentos sob responsabilidade estatal tem-se intensificado, resultando, inclusive, na inserção do inciso LXXVIII no art. 5º da Constituição da República, que alçou à categoria de direito fundamental a razoável duração do processo, no âmbito judicial e administrativo, assegurando todos os meios necessários à celeridade na sua tramitação

CONSIDERANDO ainda, que a atividade de investigação criminal não é exclusiva da Polícia Civil, podendo o Ministério Público realizar diligências investigatórias, em decorrência de sua condição de *dominus litis* da ação penal (art. 144, parágrafo 4º c/c art. 129, incisos I, VIII e IX, primeira parte), situação de resto instrumentalizada em vários dispositivos da Lei Complementar Federal nº 75/93 e Lei Federal nº. 8.625/93 (LONMP) Estadual Lei Complementar Estadual nº 72/2008 e

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no canto inferior direito da página.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

consolidada por entendimento dos Tribunais Superiores;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar os recursos humanos, materiais e tecnológicos disponíveis a estruturação e apoio ao funcionamento das Promotorias de Justiça da Comarca de Iguatu/CE.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada a Central de Acompanhamento de Inquéritos do Ministério Público do Estado do Ceará na Comarca de Iguatu/CE.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. A **CENTRAL DE INQUÉRITOS** será composta:

a) Por **Promotores de Justiça** com atuação na esfera criminal (titulares, substitutos ou auxiliares);

b) Por **um (01) Coordenador** escolhido dentre os Promotores de Justiça que integram a Central de Acompanhamento de Inquéritos Policiais, mediante rodízio anual;

c) Por **um (01) Secretário Administrativo**, dentre servidores e/ou funcionários contratados pela Procuradoria Geral de Justiça, sob a gestão do Promotor de Justiça Coordenador, que cuidará dos serviços internos e externos e da perfeita execução das rotinas administrativas;

d) Por **um (01) servidor e/ou funcionário**, incumbido dos serviços administrativos, o qual acumulará também a realização das diligências necessárias entre a **CENTRAL DE INQUÉRITOS**, o Poder Judiciário e a Polícia Judiciária;

e) **Estagiários.**

Art. 3º. São atribuições do **Promotor de Justiça Coordenador**:

I. receber os autos encaminhados pelo Setor de Distribuição do Fórum local, bem como outras peças informativas que ali chegarem;



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

II. propiciar uma atuação sistêmica e harmônica dos Promotores de Justiça entre si, bem como, com os demais órgãos de execução do Ministério Público, notadamente os que também têm atribuições criminais, promovendo o entrosamento de todos com os organismos da estrutura da segurança pública e com o Poder Judiciário, com o objetivo de otimizar a persecução criminal;

III. coordenar os trabalhos afetos à Central de Inquéritos;

IV. manter contato com os Promotores plantonistas;

V. comunicar à Corregedoria-Geral do Ministério Público, a falta de recebimento dos inquéritos policiais distribuídos, por parte dos Promotores de Justiça destinatários;

Art. 4º. São atribuições do secretário administrativo:

I. realizar o acompanhamento e o controle das diligências requisitadas à Polícia Judiciária, velando pelo cumprimento dos prazos fixados em lei;

II. promover a devolução dos inquéritos policiais de réus soltos à Delegacia de origem para realização de diligências necessárias;

III. coordenar os trabalhos do pessoal de apoio e estagiários;

Art. 5º. A Central de Acompanhamento de Inquéritos receberá todos os inquéritos policiais da Comarca de Iguatu, providenciando seu imediato encaminhamento aos Promotores de Justiça com atribuições para oficiar no feito, para manifestação dentro do prazo previsto em lei;

Parágrafo único. Os Promotores de Justiça com atuação na esfera criminal (titulares, substitutos ou auxiliares), têm a obrigação de comparecer, diariamente, à Central de Acompanhamento de Inquéritos com o objetivo de receber, através de carga, os inquéritos destinados as suas respectivas Promotorias de Justiça, para que assim evitem extrapolação de prazos legais no exame e atuação nos autos dos inquéritos policiais.

Assinatura manuscrita em tinta azul, provavelmente de um representante do Ministério Público.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 6º. Não tramitam na Central de Inquéritos:

- I - a representação pela prisão preventiva;
- II - o pedido de prisão temporária;
- III - o requerimento de *habeas-corpus*;
- IV - o requerimento de fiança;
- V - a ação penal privada;
- VI - os procedimentos afetos ao Juizado Especial Criminal;
- VII - os inquéritos eleitorais;
- VIII - procedimentos do Juizado da Infância e Juventude.

Art. 7º. A Central de Acompanhamento de Inquéritos – CAIMP recepcionará requerimentos ou comunicações, os quais serão distribuídos equitativamente ou de acordo com a atribuição privativa entre os promotores que integram a Central, visando à instauração de procedimentos investigatórios (CPP art. 5º e 40º), adotando as providências legais pertinentes.

Parágrafo Único. O Coordenador poderá, mediante provocação do Promotor de Justiça natural, requisitar diretamente a realização de diligências complementares ou a instauração de procedimento Policial, que será devidamente distribuído por ocasião do seu encaminhamento ou devolução pela autoridade competente.

Art. 8º. O Promotor de Justiça a quem for encaminhado os inquéritos policiais fará as requisições de diligências que considerarem indispensáveis ao oferecimento de denúncia diretamente à autoridade policial que presidiu o inquérito ou Órgão destinatário da diligência, consignando-lhe, analiticamente, as provas a serem produzidas e ainda o prazo para a devolução do procedimento.

Parágrafo Único. Os prazos fixados pelo Promotor de Justiça serão

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no canto inferior direito da página.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

objeto de controle e acompanhamento pela Central de Inquéritos que velará pelo seu efetivo cumprimento.

Art. 9º. A Central de Acompanhamento de Inquéritos encaminhará à Vara Criminal respectiva, do Fórum de Iguatu, os inquéritos policiais, com os respectivos pronunciamentos do Promotor de Justiça, respeitados os prazos da lei.

Art. 10º. À Corregedoria-Geral do Ministério Público incumbe desenvolver atividade de controle junto a Central de inquéritos policiais de Iguatu, adotando as medidas urgentes e necessárias ao cumprimento dos prazos legais pelos membros ministeriais com atuação na esfera da Justiça Criminal, principalmente com relação aos inquéritos policiais e flagrantes, relativos a investigados presos.

Art. 11º. Este Provimento entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza,
aos 23 de janeiro de 2014.

Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO

Procurador-Geral de Justiça